



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

OIAPOQUE-AP: CONTEXTO HISTÓRICO E A REALIDADE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

SILVANA COSTA SANTA ROSA
JOAQUINA BARBOSA MALHEIROS
RAMON DE OLIVEIRA SANTANA

EIXO: 2. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar o contexto histórico e a realidade da educação escolar indígena Oiapoque. O estudo é importante pois os povos indígenas são partes constituintes da rica diversidade social do Bra. Esses povos possuem uma história de lutas por seus direitos. A educação diferenciada é um dos aspectos que mais gan destaque, desde a Constituição Federal de 1988 até os dias atuais. Atualmente, os debates referentes a Educação Escolar Indígena estão voltados para a perspectiva intercultural. Uma Educação Intercultural voltada à implementação c relações etnicorraciais ganhou maior destaque com a edição da Lei 11.645 de 10 de Março de 2008. Esse estudo serv como base para a elaboração de um material de suporte para o ensino de Ciências. A proposta busca conhecer e compreender os complexos processos históricos e sociais que vivem os povos indígenas que habitam a TI Uaçá.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena, Educação intercultural, Oiapoque.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar el contexto histórico y la realidad de la educación indígena de Oiapoque. estudio es importante porque los pueblos indígenas son partes constituyentes de la rica diversidad social de Brasil. Es personas tienen una historia de lucha por sus derechos. La educación diferenciada es un aspecto que adquiere r protagonismo, desde la Constitución Federal de 1988 hasta la actualidad. Actualmente, las discusiones relativas a Educación Indígena se enfrentan a la perspectiva intercultural. Una Educación Intercultural destinado a la ejecuci etnicorraciais relaciones ganó mayor protagonismo con la promulgación de la Ley 11.645 de 10 de marzo de 2008. E: estudio servirá de base para la preparación de un material de apoyo para la enseñanza de la ciencia. La propuesta tie por objeto conocer y comprender los procesos históricos y sociales complejas experimentadas por los pueblos indíger que habitan en el Uaçá TI

Palabras clave: Educación Indígena, educación intercultural, Oiapoque.

O Brasil possui uma rica diversidade social, os povos indígenas são parte constituinte dessa diversidade e vivi espalhados em todo o país. O documento “ O governo brasileiro e a educação escolar indígena” (2002) informa q existem 218 povos indígenas espalhados em milhares de aldeias por todo País. Tais povos falam 180 linguas e diale: vivendo em diferentes situações de contato com segmentos da sociedade brasileira. De acordo com o Instituto Brasile de Geografia e Estatística (IBGE) o censo indígena de 2010 revela que 817 mil pessoas se auto declaram indígenas Brasil. Mudanças importantes e significativas ocorreram na legislação e na política governamental no país para garantir direitos desses povos por uma Educação Escolar Indígena (EEI) de qualidade.

Por um longo período da história do Brasil quando se pensava em educação escolar para os povos indígenas o objet principal era “civilizador”, era por meio da escola que os índios conseguiriam “amansar/avançar”. Por conta disso os alur

eram obrigados a esquecer sua língua materna, seus costumes e crenças, sobre pena de castigos físicos (TASSINA s/d).

A alfabetização científica dos alunos indígenas pode ser feita sem deixar de lado seus conhecimentos tradicionais e ainda pode utilizá-lo como âncora para a abordagem do conhecimento científico. Segundo Chassot (2006), é função da Escola tanto uma função pedagógica quanto uma função política a valorização dos saberes populares e uma conscientização e respeito que os mesmos merecem e de como estão inseridos nos distintos contextos sociais. É um novo assumir que propõe à escola: a defesa dos saberes da comunidade onde ela está inserida.

Collet (2006) explica que é proposto por autores (Meliá(1970) e Lopes, (1980) que EEI é a denominação dada a educação oferecida formalmente na escola, enquanto Educação Indígena, são as práticas tradicionais, de socialização e transmissão de conhecimentos próprios a cada sociedade indígena. Este artigo tem por objetivo apresentar a o contexto histórico e realidade da Educação Escolar Indígena de Oiapoque.

O interesse do estudo, é algo muito mais amplo que o artigo, visa elaborar material didático para as escolas indígenas Oiapoque. com isso, surgiu a necessidade de conhecer o contexto histórico e a realidade escolar indígena. O material seguirá uma educação numa perspectiva intercultural, definições essas que podem ser melhor analisadas no segundo tópico do artigo. Para apresentar o contexto da EEI no Oiapoque, inicialmente, vamos conhecer um pouco sobre as leis diretrizes que normatizam o currículo da EEI em âmbito nacional e local, em seguida será possível compreender educação numa perspectiva intercultural e, por fim, conhecer um pouco da história do município e dos povos indígenas que habitam a região da TI Uaçá.

Leis e diretrizes que normatizam o currículo da Educação Escolar Indígena de Oiapoque

As primeiras iniciativas no Brasil em educação voltadas aos povos indígenas, iniciam com a chegada da primeira missão jesuítica que tinha como objetivo principal a conversão dos índios a fé cristã. Os jesuítas tinham a intenção de se aproximar dos índios para aprender suas línguas, conquistar sua confiança e manipulá-los. Os índios não sabiam o que era uma escola e nem para que ela servia, tinham que obedecer as regras e normas impostas, mudando sua cultura principalmente sua linguagem (CARVALHO, 2008).

Os povos indígenas do Brasil conseguiram por meio de muitas mobilizações a partir dos anos 70, o direito a EEI, e os direitos começaram a ser assegurados com a Constituição Federal promulgada em 5 de outubro de 1988, mais especificamente em seus artigos 210, 215, 231. O artigo 210 garante às comunidades indígenas o uso da língua materna e aos processos próprios de aprendizagem. No artigo 215 é dado ao Estado o dever de proteger as manifestações e culturas populares dos indígenas e afro-brasileiras e de outros grupos étnicos e no artigo 231 reconhece aos índios organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como direitos sobre as terras que ocupam.

A LDB aprovada em 20 de dezembro de 1996, no artigo 78 indica que a União por meio de seu Sistema de Ensino e colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com o objetivo proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências. Tem ainda o objetivo de garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, os conhecimentos técnicos e científicos da comunidade nacional e das sociedades indígenas e não indígenas.

No artigo 79 assegura o apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa. Os programas têm como objetivo fortalecimento das práticas socioculturais e linguísticas de cada comunidade indígena; a formação de especialistas para atuar nas escolas indígenas; desenvolvimento de currículo e programas específicos que incluam conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e a elaboração e publicação de materiais didáticos específicos diferenciados.

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, RCNEI (1998) discute os princípios básicos característicos de uma Escola Indígena diferenciada, são eles: *comunitária* é a escola que é conduzida pela comunidade onde está inserida; funciona de acordo com seus projetos, concepções e princípios; *Intercultural* por ter o dever de reconhecer e manter a diversidade cultural e linguística; *Bilíngue/multilíngue* pelo fato de a reprodução sociocultural das sociedades indígenas serem na maioria dos casos, manifestados através do uso de mais de uma língua; *Específica e diferenciada* por ser concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares do povo indígena e com autonomia em relação a determinados aspectos que regem o funcionamento e orientação da escola.

Os povos indígenas de Oiapoque por meio de muitas mobilizações e com o auxílio de instituições como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), também elaboraram uma proposta curricular para as escolas da região que é o Currículo de Ensino Fundamental nas Escolas Indígenas Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi-Kalinã (2006), esse documento

tem por objetivo principal, explicitar como os povos indígenas de Oiapoque desejam suas escolas quanto a organização, conteúdo e metodologia. Explica que a escola pode ser o espaço que permita a tomada de consciência da própria cultura; proporcione a aquisição crítica de conhecimentos das outras culturas, de maneira a se tornar lugar de valorização, redescoberta de projeto de vida coletivo e definição de sua identidade.

Os povos indígenas de Oiapoque reivindicam melhorias por meio do Plano de vida construído em 2009 pela Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque-APIO. O processo de construção do Plano de Vida representou a reafirmação da posição específica dos índios dentro da sociedade nacional, com direitos indígenas garantidos na Constituição, mas sempre em busca do fortalecimento dos aspectos culturais, ainda tão presentes entre os Povos Indígenas do Oiapoque (Vidal, 2009 apud APIO, 2009)

Para o campo da educação o documento aponta como prioridades: ampliar, reestruturar e assegurar a manutenção da infraestrutura física e administrativa das unidades de EEI; Garantir: Acesso e permanência de professores indígenas e cursos universitários; Deslocamento de estudantes indígenas para as unidades de ensino escolar indígenas e apoio político-pedagógico para o funcionamento das unidades escolares indígenas, em respeito à realidade de cada povo indígena.

A legislação normativa da EEI brasileira avançou desde a promulgação da Constituição, entre o discurso e as mudanças necessárias para a implementação de uma Escola Indígena realmente diferenciada existe um distanciamento que precisa ser superado. Os debates atuais referentes aos estudos da EEI estão direcionados para uma perspectiva intercultural.

A Educação Escolar Indígena na perspectiva intercultural

A Interculturalidade está relacionada com o “pensamento complexo”, para Rocha e Borges (2010) esse oposição a qualquer forma de simplificação ou reducionismo, a disciplinarização, a compartimentação e a fragmentação que dominaram o pensamento ocidental nos últimos séculos. Para Morin (1997) o pensamento complexo busca religar o que o pensamento disciplinar separou. A inter e a transdisciplinaridade são desafios, que propõem substituir um pensamento que separa por um pensamento que une.

Rocha e Borges (2010) explicam ainda que a interculturalidade não mascara nem dilui as diferenças, além de reafirmar a riqueza da pluralidade e o respeito pelo diferente como forma de reconhecer seu valor. Apontando ainda que o interculturalismo supõe a deliberada interrelação entre diferentes culturas em jogo, em ação. Afirmando que:

A educação intercultural deve ser vista como conhecimento e compreensão dos complexos processos de contato e intercâmbio que se produzem a partir dos complexos processos histórico-sociais vividos pelos povos indígenas, com o objetivo de tematizar, para fins didáticos, essas situações interculturais. Visa ainda promover nos educadores e nos estudantes um instrumental crítico que utilize as diferenças como potencial criativo em relação ao próprio contexto em que estão inseridos (ROCHA e BORGES, 2010, p.62).

A necessidade de maior diálogo referente a uma educação intercultural voltada à implementação das relações étnico-raciais ganha maior destaque com a edição da Lei 11.645 de 10 de Março de 2008. Essa lei modifica o mesmo dispositivo da LDB 9394/96, alterado pela Lei 10.639/2003, estendendo a obrigatoriedade do “estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” em todos os estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados. Assim como nas modalidades de Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Instituições de Nível superior (ALMEIDA *et al* 2011).

Almeida (*et al*, 2011) afirma ainda que a noção que cerca o sentido da Interculturalidade na educação está fortemente vinculada ao confronto entre duas ou mais culturas no âmbito de uma determinada sociedade. No caso da educação escolar indígena dos povos indígenas brasileiros, esta noção está bem presente. Afinal esses povos precisam se relacionar com a sociedade do seu entorno para poder estabelecer vínculos sociais que se estendem para o campo do trabalho, educação escolar e saúde. Dessa forma:

A Lei 11.645/08 ao determinar que a história e a cultura dos povos indígenas brasileiros devem ser contempladas no currículo oficial dos nossos sistemas de ensino, públicos e privados, está acenando com a possibilidade de se estabelecer mecanismos que favoreçam a unidade em meio à diversidade. Diversidade essa que se apresenta também no âmbito da sociedade majoritária (ALMEIDA *et al*, 2011).

A Lei 11.645/08 tem importância fundamental na educação intercultural sua divulgação e implementação nas escolas indígenas e não indígenas pode favorecer um diálogo entre as diferentes culturas constituintes da sociedade brasileira, pois favorecerá a discussão de assuntos referentes à aceitação das diferenças sociais e também culturais. Favorecendo um

parcela da população que envolve os povos indígenas brasileiros e os afrodescendentes que por muito tempo estiveram margem da sociedade não indígena. Essa Lei pode ser um elo entre as sociedades em contra ponto a intolerância e aversão, essa união pode beneficiar o fortalecimento a Nação brasileira. (ALMEIDA *et al*, 2011)

Os estudos sobre a educação intercultural voltada para a EEI ganha fundamental importancia devido à Oiapoque poss uma formação bem característica e peculiar devido a sua localização estratégica na fronteira com a Guiana Francesa. povos indígenas da região do bacia do Rio Uaçá vivem em forte contato com outras sociedades indígenas e não indígen tanto brasileiras como francesas e é importante conhecer um pouco de seu histórico.

Oiapoque e os povos indígenas da Região do Uaçá: histórico

O município de Oiapoque se estabeleceu em um território de históricos conflitos, que é antiga região do Contesta Franco-Brasileiro, após a arbitragem Suíça em 1900 a região passa a integrar em definitivo o território Nacional. A região anexada ao Estado do Pará, enquanto seus moradores queriam constituir um Estado distinto dentro da Federação brasileira. O Contestado foi o objeto nos anos 1920 de uma vontade de afirmação de soberania nacional e recebeu a vis do famoso general e explorador Cândido Rondon (GRANGER, 2012).

O governo brasileiro visando ocupar o território do contestado, expulsou da região de Oiapoque todas as populações consideradas "afrancesadas" por serem vistas como ameaça a integridade nacional, em 1919 foi criada uma Comissão Colonizadora de Oiapoque que percorreu a região em 1920 em viagens de reconhecimento, que concluiu que há necessidade de uma colonização da região, pois não tinham os povos indígenas como aliados para "neutralizar a influência estrangeira", o território era considerado como uma "terra abandonada e sem dono". ()

Tassinari (s/d) relata ainda que foi fundada em 1922 a Colônia Agrícola de Clevelândia do Norte, para onde em 1924 foram transferidos, 1630 presos entre criminosos e presos políticos de vários cárceres do País. Uma usina de extração Pau-Rosa, inicialmente instalada em Ponta dos Índios, foi transferida em 1925 para Martinica para onde se transferiram boa parte dos colonos de Clevelândia, com isso se forma a primeira população do povoado. Alcino (1971) expõe que, com as epidemias e a infra-estrutura deficiente, a colônia fracassou e foi substituída pela Colônia Militar de Oiapoque, que tinha a missão de nacionalizar a fronteira com a criação, fixação e desenvolvimento de núcleos de população nacional.

Segundo Granger (2012) o povoado de Martinica, na margem agora brasileira do Rio Oiapoque, foi rebatizado como Vila Rica do Espírito Santo do Oiapoque em 1927, tornando-se o município mais setentrional do Brasil. Em 1945 com a criação do território do Amapá a Vila do Espírito Santo é elevado a categoria de município e recebe o nome de Oiapoque. populações indígenas da região possuem um histórico de resistência aos longos dos séculos e foram capazes de reorganizar e conservar sua identidade indígena. (TASSINARI, s/d).

A nacionalização da fronteira, envolvia diretamente os povos indígenas da região, como estratégia foram fundadas escolas públicas nas principais aldeias Palikur, Galibi e Karipuna. De 1945 à 1967 atuou na região do Uaçá o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que retirou da área intrusos e "estranhos" como comerciantes, crioulos, franceses e ingleses que haviam instalado na região para a exploração de recursos naturais como ouro e madeira de lei. Na época do SPI, a escola instituição de maior destaque e alcance- foi responsável pelo agrupamento das pessoas em aldeias maiores e o uso da língua portuguesa. (VIDAL, 2000).

Entre a década de 1960 até a de 1980 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o CIMI começam a atuar na região Uaçá. Nesse período a demarcação de terras passa a ser uma prioridade, assim como a educação diferenciada e o projeto de realização de assembleias, mudando com isso o quadro anterior e promovendo uma consciência de autovalorização dos povos indígenas do Uaçá. Nesse período ganhou destaque a cultura e os direitos indígenas e o incentivo do uso do Kheoul[i] como língua materna (RICARDO, 1983).

Segundo dados do IBGE o município de Oiapoque foi fundado pelo Decreto de Lei Federal nº 7.578 de 23 de maio de 1945. A população estimada no ano de 2014 foi de 23.628 habitantes com densidade demográfica de 0,91 hab/km². Possui em seu território três Terras Indígenas demarcadas e onde estão localizadas mais de 20 Aldeias. Vidal (1996) informa que

os povos indígenas Karipuna, Galibi, Palikur e Galibi-Marworno habitam 03 reservas no Município de Oiapoque. É uma região de várzeas, savanas e florestas entrecortadas por rios, igarapés e lagos. Mais de 20 aldeias são distribuídas por 460 mil hectares das três áreas indígenas. A região é lugar de confluência de povos provenientes da região norte do Brasil e das Guianas. Culturalmente, é uma área muito rica, abarcando influências das culturas andinas e dos povos da costeira litorânea.

Uma das aldeias de Oiapoque é a comunidade do Manga que está localizada na Terra Indígena (TI) Uaçá. Segundo o histórico que compõe o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola da aldeia, o Manga tem sua origem durante a construção da BR156. Em 1968 o prefeito de Oiapoque Tenente Pimenta, solicitou ao Cacique da aldeia Santa Izabel que

mobilizasse alguns indígenas para trabalhar na abertura de um ramal que ligasse o Rio Kuripi até a Br156. Jorge Iaparrá, um dos operários da obra, sofreu um grave acidente durante a derrubada de uma árvore que caiu sobre si e o levou a morte em 23 de junho de 1968. Em 1973 seu sogro, Florêncio Primo dos Santos, fundou a Aldeia do Manga às margens do Rio Kuripi, mais tarde a comunidade ficou sendo chamada apenas como Manga.

Ainda, segundo o histórico da Escola, a primeira instituição de ensino da comunidade funcionou em uma casa cedida por Antônio dos Santos, morador local, no ano de 1977 a prefeitura municipal de Oiapoque construiu a primeira estrutura física da escola, localizada próximo a margem do Rio Kuripi quando foi chamada de Escola do Manga. Em 11 de novembro de 1994 através do decreto 5402 foi fundada oficialmente a primeira escola da Aldeia, que homenageou Jorge Iaparrá e passou a ser chamada de Escola Estadual Jorge Iaparrá e atendia as classes de 1ª a 4ª séries do 1º grau. Em 2002 construída uma nova escola pelo o Governo do Estado, neste período as escolas indígenas receberam nova nomenclatura ganhando esta escola, o nome de Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá que atende a clientela da educação infantil Ensino Médio.

O trânsito e o comércio nas cidades da Guiana Francesa sempre exerceu peso importante na economia dos Palikur, Ga e Karipunas. Antes mesmo das questões de fronteira os povos indígenas da região navegavam o rio Uaçá até o baixo Oiapoque acessando Saint George, cidade guianense que faz fronteira com Oiapoque, e daí, pela costa, até a cidade Caiena a capital da Guiana Francesa (RICARDO, 1983).

Ricardo (1983) aborda ainda que o intercâmbio desses povos indígenas com a Guiana se explica por essas cidades estarem mais próximas do que Macapá e Belém. Além do mais, os preços praticados no comércio tanto para compra quanto para venda são melhores do lado francês. Os indígenas atravessam a fronteira ainda em busca de serviços temporários remunerados, pelos salários mais altos e outras facilidades de acesso à educação escolar e assistência médica. Ao conseguir a cidadania francesa, passam a ter direito a "alocações familiares", que trata-se de uma assistência mensal que é calculada de acordo com o tamanho da família.

Considerações Finais

O presente estudo servirá como base para a elaboração de um material de suporte para o ensino de Ciências. Pensando em elaborar material didático para a escola, surgiu a necessidade de entender a construção histórica e cultural da região. O material será organizado em uma sequência didática e será voltado para a EEI na Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá na Aldeia indígena do Manga no Oiapoque.

Conhecendo a realidade da região, é muito importante se organizar uma proposta de ensino dentro da perspectiva intercultural, pois os alunos indígenas de Oiapoque estão em contato com diversas sociedades brasileiras e francesas importante se conhecer e compreender esses complexos processos históricos e sociais, pois servem como base para iniciativas educacionais que busquem valorizar seus conhecimentos tradicionais.

Referências

ALCINO, R. **Clevelândia do Norte**. Rio de Janeiro, 1971.

ALMEIDA, S. A. de; FERNANDES, F. de O.; SILVA, A. D. da C.; SILVA, E. M. da; VIVEIROS, G. C.; OLIVEIRA, C. J. A. (Orgs.). **A educação escolar indígena Apinayé na perspectiva bilíngue e intercultural: implicações com base na Lei 11.645/08**.

ALBUQUERQUE, F. E. **A educação escolar Apinayé na perspectiva bilíngue e intercultural**. Ed. da PUC Goiás, Goiânia, 2011.

Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque (APIO), Plano de vida dos Índios e Organizações Indígenas Oiapoque. Oiapoque: APIO, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília: 1988.

_____. **Decreto de Lei nº 7.578 de 23 de maio de 1945**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-7578-23-maio-1945-417350-publicacaooriginal-1-pe.htm> Acesso 02. Jul. 2015 as 18h10min

_____. **Lei 10.639 de 9 de Janeiro de 2003**. Disponível em: Acesso 02. Jul. 2015 as 18h12min

_____. **Lei 11.645 de 10 de março de 2008.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 02. Jul. 2015 as 18h15min

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Oiapoque/Amapá – AP/Histórico.** Disponível em: Acesso em: 23. Abr. 2015 as 14h35min.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo indígena 2010- Terras Indígenas.** Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas/>. Acesso em: 29. jun. 2015 as 12h35min.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo indígena 2010**
Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 29. jun. 2015 as 12h48min

_____. Ministério da Educação, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394, de 20 de Março de 1996

_____. Ministério da Educação, **Referencial Curricular Nacional Para a Educação Escolar Indígena.** Brasília MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação, **O Governo Brasileiro e a Educação Escolar Indígena.** Brasília: MEC/SEF, 2002.

CARVALHO, J. E. do N.; SANTOS, J.R. dos e LOPES, E. T. Educação Escolar Indígena: Um estudo em um conte. indígena. **Revista fórum identidades.** Ano 2, vol 3, p.67/73, jan./jun. de 2008.

CHASSOT, Ático. **Alfabetização científica:** questões e desafios para a educação. 6ª ed. Ed. Unijuí, Ijuí 2014.

COLLET, Célia Letícia Golveia. Interculturalidade e Educação Escolar Indígena: Um breve histórico. In: GRUPIONI, L. Donisete Benzi (org.). **Formação de professores indígenas:** repensando trajetórias. Ministério da educação, Secretaria Educação Continuada, Alfabetização e diversidade. Brasília, 2006.

Conselho Indigenista Missionário (Org.). **Currículo de ensino fundamental nas escolas indígenas:** Karipui Galibi-Marworno, Palikur e Galibi-Kalinã. 2 ed. Oiapoque: CIMI, 2006.

GRANGER, S. O contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e Brasil na Amazônia. **Revista Cantareira** - Edição 17 / JUL-DEZ, 2012.

MORIN, E. **O método:** As ideias. Sua Natureza, vida, habitat e organizações. Lisboa: Publicações Europa América, 1997

RICARDO, C.A. **Povos indígenas no Brasil:** Amapá/Norte do Pará. V. 3 São Paulo: CEDI, 1983.

ROCHA, L. M. e BORGES, M. V. As relações entre ciências e saberes locais e suas implicações para a prática professor indígena: relato de uma experiência junto aos alunos do curso de Licenciatura Intercultural. In: ROCHA, L. I SILVA, M. do S. P. da; BORGES, **Cidadania, Interculturalidade e formação de docentes indígenas.** Ed. Da PUC Goiânia, 2010.

TASSINARI, A. M. As famílias Karipunas da região do Uaçá. s/d. In: Conselho Indigenista Missionário (Org.). **Currículo ensino fundamental nas escolas indígenas:** Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi-Kalinã. 2 ed. Oiapoque: CII 2006.

VIDAL, L. B. **Galibi-Marworno:** Cotidiano e vida ritual. 2000
Disponível em: <http://www.intituitoiepe.org.br/media/artigos/doc13.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2015 as 10h11min.

_____. **Os povos indígenas do Uaçá Palikur e Galibi-Marworno- Uma abordagem cosmológica:** O mito da col

grande em contexto. São Paulo: USP, 1996.

[1] O Kheoul é uma variação do Kheoul francês, atualmente é utilizado como língua franca dos povos indígenas do ba Oiapoque. Esse Kheoul indígena distingue-se do Kheoul negro da Guiana Francesa em aspectos fonéticos e lexicais.

[1] Graduanda do curso de Licenciatura em Química da Universidade do Estado do Amapá. silvana.csr@gmail.com;

[2] Graduanda do curso de Licenciatura em Química da Universidade do Estado do Amapá. Joaquinabm05@hotmail.com

[3] Professor Assistente I da Universidade do Estado do Amapá. santana.r.de.o@gmail.com.

Recebido em: 05/07/2015

Aprovado em: 06/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: